

Energética
Suape II S.A.

**Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis | 3 |
| Balancos patrimoniais | 6 |
| Demonstrações do resultado | 7 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 8 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 9 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa | 10 |
| Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras | 11 |



KPMG Auditores Independentes
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil
Telefone +55 (81) 3414-7950
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas e aos administradores da
Energética Suape II S.A.**
Cabo de Santo Agostinho - PE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energética Suape II S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energética Suape II S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 3 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram retificados. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 (derivados das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016) e das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações em 6 de março de 2017 e 12 de abril de 2018, respectivamente. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, esses valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 1º de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC PE-000904/F-7



Marcelo Pereira Gonçalves
Contador CRC 1SP 220026/O-3

Energética Suape II S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 | Passivo | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--------------------------------------|------|----------------|----------------|---|------|----------------|----------------|
| Circulante | | | | Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 13.614 | 38.284 | Fornecedores | 14 | 8.050 | 78.966 |
| Aplicações financeiras restritas | 7 | 53.203 | 50.055 | Empréstimos, financiamentos e encargos | 15 | 93.470 | 110.714 |
| Contas a receber | 8 | 70.400 | 127.296 | Tributos e contribuições sociais | 16 | 10.930 | 6.825 |
| Estoques | 9 | 58.952 | 48.794 | Taxas regulamentares | 17 | 19.841 | 15.637 |
| Tributos e contribuições a recuperar | 11 | 9.643 | 9.043 | Dividendos e juros sobre o capital próprio | 18 | 24.817 | 23.809 |
| Despesas pagas antecipadamente | | 994 | 837 | Outras contas a pagar | 19 | 21.708 | 19.001 |
| Outros créditos | 10 | 19.132 | 21.079 | | | | |
| | | 225.938 | 295.388 | | | 178.816 | 254.952 |
| Realizável a longo prazo | | | | Não circulante | | | |
| Aplicações financeiras restritas | 7 | 64.992 | 61.828 | Empréstimos, financiamentos e encargos | 15 | 255.796 | 314.993 |
| Outros créditos | 10 | 9.879 | 9.879 | Passivo fiscal diferido | | 1.254 | 3.981 |
| | | 74.871 | 71.707 | Taxas regulamentares | 17 | 4.164 | 6.214 |
| | | | | Outras contas a pagar | 19 | 17.927 | 1.753 |
| | | | | | | 279.141 | 326.941 |
| Não circulante | | | | Patrimônio líquido | | | |
| Imobilizado | 12 | 507.851 | 532.078 | Capital social | 21 | 139.977 | 139.977 |
| Intangível | 13 | 1.412 | 1.790 | Reserva legal | | 27.995 | 24.117 |
| | | 584.134 | 605.575 | Reserva de lucros | | 71.697 | 68.847 |
| | | | | Reserva de incentivos fiscais | | 112.446 | 86.129 |
| | | | | | | 352.115 | 319.070 |
| Total do ativo | | 810.072 | 900.963 | Total do passivo e do patrimônio líquido | | 810.072 | 900.963 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Nota Explicativa | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|------------------|------------------------|------------------------|
| Receita operacional líquida | 23 | 731.745 | 884.964 |
| Custo Operacional | | | |
| Custo de operação | 24 | (402.105) | (541.235) |
| Custo de compra de energia elétrica | 24 | <u>(101.698)</u> | <u>(98.829)</u> |
| Lucro bruto | | 227.942 | 244.900 |
| Despesas operacionais | | | |
| Gerais e administrativas | 24 | (22.510) | (10.165) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | 24 | <u>(28.495)</u> | <u>(47.434)</u> |
| Lucro operacional antes do resultado financeiro | | 176.937 | 187.301 |
| Despesas financeiras | 25 | (43.455) | (52.619) |
| Receitas financeiras | 25 | <u>12.390</u> | <u>12.824</u> |
| Resultado financeiro | 25 | <u>(31.065)</u> | <u>(39.795)</u> |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 145.872 | 147.506 |
| Imposto de renda | 16.1 | (33.431) | (32.527) |
| Contribuição social | 16.1 | (12.022) | (11.719) |
| IR/CS diferidos | 16.1 | 2.727 | (1.740) |
| Incentivo Fiscal SUDENE | 16.1 | <u>26.317</u> | <u>24.165</u> |
| Lucro líquido do exercício | | <u>129.463</u> | <u>125.685</u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | 2018 | 2017 |
|---|------------------------------|------------------------------|
| Lucro líquido do exercício | <u>129.463</u> | <u>125.685</u> |
| Outros resultados abrangentes | <u>-</u> | <u>-</u> |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u><u>129.463</u></u> | <u><u>125.685</u></u> |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | Capital social | Reserva legal | Reserva de incentivos fiscais | Reserva de lucros | Lucros acumulados | Total |
|---|----------------|---------------|-------------------------------|-------------------|-------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | 139.977 | 17.832 | 61.964 | 50.712 | - | 270.485 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 125.685 | 125.685 |
| <i>Destinação do lucro</i> | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | 6.285 | - | - | (6.285) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | (17.201) | (17.201) |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | (9.187) | (9.187) |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (50.712) | - | (50.712) |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | - | - | 24.165 | - | (24.165) | - |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 68.847 | (68.847) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 139.977 | 24.117 | 86.129 | 68.847 | - | 319.070 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 129.463 | 129.463 |
| <i>Destinação do lucro</i> | | | | | | |
| Constituição da reserva legal | - | 3.878 | - | - | (3.878) | - |
| Juros sobre capital próprio | - | - | - | - | (18.362) | (18.362) |
| Dividendos propostos | - | - | - | - | (9.209) | (9.209) |
| Distribuição de lucros | - | - | - | (68.847) | - | (68.847) |
| Constituição da reserva de incentivos fiscais | - | - | 26.317 | - | (26.317) | - |
| Constituição da reserva de lucros | - | - | - | 71.697 | (71.697) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 139.977 | 27.995 | 112.446 | 71.697 | - | 352.115 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Energética Suape II S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------------------|-----------------|
| Lucro líquido do exercício | 129.463 | 125.685 |
| Ajustes para: | | |
| Depreciação e amortização | 23.370 | 23.524 |
| Baixa no ativo imobilizado | 18 | - |
| Imposto de renda e Contribuição social diferidos | (2.727) | 1.740 |
| Despesas de imposto de renda e contribuição social | 19.136 | 20.081 |
| Encargos de empréstimos e financiamentos | 40.509 | 45.745 |
| | 209.769 | 216.775 |
| Varição em: | | |
| Contas a receber | 56.896 | (41.706) |
| Impostos a recuperar | (1.706) | 1.023 |
| Estoques | (8.585) | (9.520) |
| Demais ativos circulantes | 1.790 | (11.059) |
| Fornecedores | (70.916) | 20.079 |
| Obrigações trabalhistas e tributárias | 835 | (1.999) |
| Provisões em P&D | 2.154 | 3.643 |
| Outras contas a pagar | 19.349 | (405) |
| | 209.586 | 176.831 |
| Caixa gerado pelas atividades operacionais | 209.586 | 176.831 |
| Impostos pagos sobre o lucro | (14.760) | (19.808) |
| Juros pagos | (40.812) | (46.879) |
| | 154.014 | 110.144 |
| Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais | 154.014 | 110.144 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | |
| Resgate das aplicações financeiras restritas | (6.312) | (7.714) |
| Aquisição de imobilizado | (772) | (1.451) |
| Coligadas e controladas | (390) | 1.649 |
| Aquisição de intangível | (52) | (1.789) |
| | (7.526) | (9.305) |
| Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimento | (7.526) | (9.305) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | |
| Recursos provenientes de novos empréstimos | 134.481 | 77.000 |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos | (210.619) | (94.668) |
| Dividendos pagos e juros sobre o capital próprio pagos | (95.020) | (72.692) |
| | (171.158) | (90.360) |
| Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento | (171.158) | (90.360) |
| Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa | (24.670) | 10.479 |
| Caixa e equivalentes no início do exercício | 38.284 | 27.805 |
| Caixa e equivalentes no final do exercício | 13.614 | 38.284 |
| | (24.670) | 10.479 |
| Aumento (redução) líquido(a) em caixa e equivalentes de caixa | (24.670) | 10.479 |

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A UTE Suape II sagrou-se vencedora do leilão de energia nova A-5 de 2007, tendo o início da sua operação comercial em 24/01/2013 e a finalização do seu Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR) prevista para 31/12/2026, com outorga de autorização até 2043, através da portaria autorizativa MME 217/2008. Por meio da Resolução ANEEL nº 2.656/2010, ampliou sua potência instalada para 381,255MW (17x22,425 MW) e em 03/2016 teve sua garantia física revisada de 265,4 MW para 269,1 MW, conforme Portaria MME nº 046/2016.

Localizada próximo ao Complexo Portuário de Suape, Cabo de Santo Agostinho, no Estado de Pernambuco, é considerada atualmente a maior termelétrica a óleo combustível (OCB1) da América Latina. Está conectada ao Sistema Interligado Nacional (SIN) em 230kV e se interliga a 5,5 km com a Subestação SE Suape II da Companhia Hidroelétrica São Francisco (CHESF), tendo em vista fornecer a sua máxima energia disponível de maneira a compor sua significativa parcela no suprimento energético do Setor Elétrico Brasileiro, realizando um papel importantíssimo para o país, em especial a Região Nordeste, onde está localizada.

No exercício de 2018, apresentamos uma geração de 21,60%. Essa geração foi abaixo do esperado em virtude do crescimento acentuado de geração eólica no Nordeste. Para o exercício de 2019, a Companhia estima um percentual de geração semelhante ao observado em 2018, tendo em vista a continuidade do crescimento da geração eólica no Nordeste. Ressalta-se, no entanto, que dada a intermitência dessa fonte alternativa, a UTE Suape II enaltece a sua importância, bem como as das demais usinas termelétricas do país para a garantia do suprimento energético do sistema elétrico brasileiro.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade em relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Companhia também se utiliza do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 1º de março de 2019.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentados na Nota Explicativa nº 4.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e usou estimativas e premissas que podem afetar a aplicação das políticas contábeis adotadas e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e, quando aplicável, reconhecidas prospectivamente, considerando:

- Imobilizado - aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Intangível - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Instrumentos financeiros - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em algum ajuste no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas na Nota Explicativa nº 15 - Débitos fiscais diferidos, devido à premissa de disponibilidade de lucro tributável futuro para a utilização dos créditos fiscais.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação em ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira e são convertidos para moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio vigente, na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

3 Reapresentação nas demonstrações financeiras (reclassificação)

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou a necessidade das seguintes reclassificações nos saldos iniciais do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 e nas demonstrações financeiros do exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

- (a) A Companhia, em 2017, classificou peças de segurança e *swingset* erroneamente como estoque. Tais ativos deveriam ter sido classificados como ativo imobilizado, pois serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e dos equipamentos do ativo imobilizado da Companhia, são essenciais para garantir a segurança operacional e a sua natureza não é de consumo imediato ou no curto prazo. Não há impactos relevantes no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

- (b) O montante reclassificado na conta de adiantamento é referente a crédito de ICMS pago a maior em outubro e novembro de 2015 nas compras de combustível, cuja SEFAZ/PE não apresentou controvérsia sobre o mérito e também sobre o valor do ressarcimento/restituição. No exercício findo em 2017, a Companhia esse crédito no curto prazo, período incompatível com o observado quanto aos trâmites processuais na SEFAZ/PE que, habitualmente, não possuem previsão de término. Assim, o montante a receber foi reclassificado para o ativo não circulante.
- (c) O montante ajustado em 31/12/2017, de R\$ 102.179, refere-se à venda de energia no mercado de curto prazo em que a Companhia atua como principal. Contudo, o registro da receita dessa operação foi realizado, indevidamente, na linha de Custos. Em atendimento ao CPC 30, a Companhia reclassificou os montantes referentes à recuperação da energia comprada no mercado de curto prazo para a linha de receita operacional.

Os saldos foram corrigidos e os impactos nas demonstrações financeiras estão demonstrados nas tabelas abaixo:

Balço patrimonial

1º de janeiro de 2017

| <i>(Em milhares de Reais)</i> | Impactos da retificação | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|------------------------------------|----------------------|
| | Anteriormente apresentado | Ajustes (Não auditados) | Reapresentado |
| Ativo circulante | 255.637 | (28.352) | 227.285 |
| Estoques (a) | 66.854 | (18.473) | 48.381 |
| Outros créditos (b) | 20.087 | (9.879) | 10.208 |
| Outros ativos circulantes | 168.696 | - | 168.696 |
| Ativo não circulante | 587.455 | 28.352 | 615.807 |
| Imobilizado (a) | 526.394 | 18.473 | 544.867 |
| Outros créditos (b) | - | 9.879 | 9.879 |
| Outros ativos não circulantes | 61.061 | - | 61.061 |
| Total de ativos | 843.092 | - | 843.092 |
| Total de passivos | 572.607 | - | 572.607 |
| Total do patrimônio líquido | 270.485 | - | 270.485 |

Balço patrimonial

31 de dezembro de 2017

| <i>(Em milhares de Reais)</i> | Impactos da retificação | | |
|------------------------------------|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| | Anteriormente apresentado | Ajustes (Não auditado) | Reapresentado |
| Ativo circulante | 332.847 | (37.459) | 295.388 |
| Estoques (a) | 76.374 | (27.580) | 48.794 |
| Outros créditos (b) | 30.958 | (9.879) | 21.079 |
| Outros ativos circulantes | 225.515 | - | 225.515 |
| Ativo não circulante | 569.222 | 37.459 | 606.681 |
| Outros créditos (b) | - | 9.879 | 9.879 |
| Imobilizado (a) | 504.498 | 27.580 | 532.078 |
| Outros ativos não circulantes | 63.618 | - | 63.618 |
| Total de ativos | 900.963 | - | 900.963 |
| Total de passivos | 581.893 | - | 581.893 |
| Total do patrimônio líquido | 319.070 | - | 319.070 |

Demonstrações do resultado

| 31 de dezembro de 2017 | Impactos da retificação | | |
|--|------------------------------|---------------------------|----------------|
| <i>(Em milhares de Reais)</i> | Anteriormente apresentado | Ajustes (Não auditado) | Reapresentado |
| Receita operacional líquida (c) | 782.785 | 102.179 | 884.964 |
| Custo operacional (c) | (537.885) | (102.179) | (640.064) |
| Lucro bruto | 244.900 | - | 244.900 |
| Despesas operacionais, líquidas | (57.599) | - | (57.599) |
| Resultado financeiro | (39.795) | - | (39.795) |
| Imposto de renda e contribuição social | (21.821) | - | (21.821) |
| Lucro líquido | 125.685 | - | 125.685 |

4 Mudanças nas práticas contábeis

A Companhia aplicou o CPC 48 / IFRS 9 a partir de 1º de janeiro de 2018, uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir dessa data, mas não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

O CPC 48/IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38/IAS 39.

A tabela a seguir demonstra as categorias de mensuração originais no CPC 38/IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48/IFRS 9 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018.

| | Classificação original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Nova classificação de acordo com o CPC 48/IAS 9 | Valor contábil original de acordo com o CPC 38/IAS 39 | Novo valor contábil de acordo com o CPC 48/IFRS 9 |
|---|---|---|--|--|
| Ativo | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 38.284 | 38.284 |
| Aplicações financeiras restritas | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 111.883 | 111.883 |
| Contas a receber | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado | 127.296 | 127.296 |
| Total de ativos financeiros | | | 277.463 | 277.463 |
| Passivo | | | | |
| Fornecedores | Outros passivos financeiros | Outros passivos financeiros | 78.966 | 78.966 |
| Outras contas a pagar (Provisão fornecedores) | Outros passivos financeiros | Outros passivos financeiros | 19.001 | 19.001 |
| Empréstimos bancários | Outros passivos financeiros | Outros passivos financeiros | 425.707 | 425.707 |
| Total de passivos financeiros | | | 523.674 | 523.674 |

Os novos requerimentos de classificação não produziram impactos na mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia, conforme observado acima, não havendo assim impacto significativo nas informações contábeis.

A Companhia não opera com contratos derivativos e todos os instrumentos financeiros da Companhia apresentam mercado ativo e não apresentaram indicativos de perda ao valor recuperável.

5 Principais políticas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia aplicou as políticas contábeis abaixo detalhadas:

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. São classificadas a custo amortizado e estão registrados pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, apurados pelo critério *pro rata*, que equivalem aos seus valores de mercado.

5.2 Instrumentos financeiros:

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Instrumentos Financeiros - Política aplicável a partir de 1º de Janeiro de 2018

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros - Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de:

- Empréstimos e recebíveis;
- Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e dentro dessa categoria como ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas: Política aplicável antes de 1º de janeiro de 2018

Empréstimos e recebíveis

Mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

Ativos financeiros a VJR

Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual expira, é retirada ou cancelada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.3 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. A Companhia não emitiu ações preferenciais ou outro tipo de título patrimonial que tenha a possibilidade de conversão em ações ordinárias.

5.4 Estoques

O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, os quais são ajustados por provisão, quando aplicável.

5.5 Imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas na redução do valor recuperável, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos por terceiros contratados pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condição necessária para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais próximo e reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas que refletem a vida útil dos ativos estão sendo demonstradas na Nota Explicativa nº 10. As vidas úteis dos itens do imobilizado em construção serão determinadas à medida que a construção for finalizada e o início das operações seja definido.

5.6 Intangível

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e *softwares*.

5.7 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas normalmente;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGC ou grupos de UGC que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

5.8 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

5.9 Dividendos

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de “dividendo adicional proposto”, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

5.10 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da energia gerada é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. Possui também uma receita de disponibilidade que representa uma remuneração anual para cada UTE para fazer frente aos custos de operação e manutenção.

5.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto diferido é reconhecido em relação a diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de relatórios financeiros e os valores utilizados para fins fiscais.

Os ativos tributários diferidos são reconhecidos por prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base em planos de negócios da Companhia e a reversão de diferenças temporárias. Os ativos fiscais diferidos são revisados em cada data de relato e são reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; tais reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros melhorar.

Os ativos de impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que se tornou provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser utilizados.

5.12 Lucro de exploração

Em 2013, a Companhia passou a ter o benefício do lucro da exploração que é um benefício fiscal regional que tem por objetivo incentivar as operações de Companhias localizadas na região da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) por meio da redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, pelo prazo de 10 (anos).

5.13 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41.

5.14 Novas normas e interpretações adotadas

Foram emitidas e/ou revisadas diversas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018:

5.15 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

a. CPC 06 (R2) - Arrendamentos

A Companhia deverá adotar o CPC 06(R2) - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) terá sobre as demonstrações financeiras, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

- A Companhia não finalizou o teste e a avaliação dos controles sobre os novos sistemas de TI; e
- As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que a Companhia apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Como a Companhia não opera com arrendamentos nem contratos que possam ter arrendamentos embutidos, a Administração concluiu que não haverá impacto relevante nas informações divulgadas ou valores registrados em suas demonstrações financeiras em função das alterações da norma sobre este tópico.

6 Caixa e equivalentes de caixa

| | 2018 | 2017 |
|---|--------|--------|
| Caixa | 7.345 | 2.024 |
| Aplicações financeiras: | | |
| Certificados de depósito bancário (CDB) | 6.269 | 36.260 |
| | 13.614 | 38.284 |

As aplicações financeiras correspondem a fundos de liquidez imediata remunerados ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário e estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os fundos apresentaram rendimentos de aproximadamente 87% do CDI (2017: 90% a 99% do CDI).

7 Aplicações financeiras restritas

| Instituição financeira | Modalidade | Ref | Vencimento | Indexador | 2018 | 2017 |
|-----------------------------|-----------------------------------|-----|------------|------------|----------------|----------------|
| Banco do Nordeste do Brasil | Depósitos Vinculados FAT Proinfra | (a) | 16/12/2025 | 98 % CDI | 53.203 | 50.055 |
| Banco do Nordeste do Brasil | Fundo de Investimento FAT | (b) | 16/12/2025 | 92,77% CDI | 26.100 | 24.846 |
| Banco do Nordeste do Brasil | Fundo de Investimento FNE | (b) | 10/11/2026 | 92,77% CDI | 35.070 | 33.386 |
| Banco do Nordeste do Brasil | Garantia CCG | (c) | - | 98% do CDI | 3.695 | 3.476 |
| Banco do Brasil | Garantia CCT | (d) | - | 94% do CDI | 128 | 121 |
| | | | | | 118.196 | 111.882 |
| Circulante | | | | | 53.203 | 50.055 |
| Não circulante | | | | | 64.992 | 61.828 |

- (a) Depósito vinculado à liquidação de empréstimos e financiamentos, que será realizada através da repactuação desse montante e do saldo do Fundo de Investimento FAT.
- (b) Corresponde aos fundos de liquidez dos empréstimos Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e FAT, para garantia de pagamento dos empréstimos, equivalente a seis meses dos serviços da dívida.
- (c) Corresponde à aplicação em CDB firmado com o Banco do Nordeste por meio do Contrato de Administração de Garantias ao CCG.
- (d) Corresponde à conta de administração às garantias CCT - CHESF.

8 Contas a receber

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|-------------|-------------|
| Contas a receber de clientes | 5.479 | 27.800 |
| Valores a faturar | 59.081 | 77.346 |
| Liquidação no mercado de curto prazo | 5.840 | 22.150 |
| | 70.400 | 127.296 |

O montante contabilizado no contas a receber é composto de valores faturados de venda de energia entre os meses de outubro e novembro de 2018, com vencimento inferior a 90 dias (R\$ 4.460 mil), e uma parcela de juros/multa ainda não recebida de períodos anteriores (R\$ 1.019 mil).

A parcela a faturar se refere à energia gerada nos meses de novembro e dezembro de 2018, conforme Contrato de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

A liquidação no mercado de curto prazo é referente a recuperação de energia adquirida pela Companhia no mercado de curto prazo e o seu recebimento ocorre no quinto dia útil do segundo mês subsequente ao faturamento.

A Companhia não possui riscos de perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes.

9 Estoques

| | Ref | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|-----|---------------|---------------|
| Estoque de combustível | (a) | | |
| Combustível | | 18.138 | 18.661 |
| Combustível em trânsito | | - | 1.727 |
| | | 18.138 | 20.388 |
| Estoque de peças patrimonial | (b) | | |
| Garantia | | 19.170 | - |
| Overhaul | | 1.007 | 1.933 |
| | | 20.177 | 1.933 |
| Estoque de peças (c) | (c) | | |
| Segurança / Mínimo | | 18.201 | 22.806 |
| Overhaul | | 2.436 | 3.667 |
| | | 20.637 | 26.473 |
| | | 58.952 | 48.794 |

(a) O saldo em estoque de combustível se refere ao lastro do tanque e um estoque mínimo para geração de aproximadamente 5 dias, prazo médio para recebimento de combustível.

(b) Estoque de peças patrimonial recebidas em garantia.

(c) Estoque de peças críticas essenciais para a segurança operacional da Companhia.

10 Outros créditos

| | 2018 | 2017 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Petrobrás distribuidora (a) | 9.879 | 10.210 |
| Compra de lastro | - | 5.472 |
| Pesquisa e desenvolvimento em curso | 14.644 | 11.107 |
| Outros (b) | 4.488 | 4.169 |
| | 29.011 | 30.958 |
| | | |
| Circulante | 19.132 | 21.079 |
| Não circulante | 9.879 | 9.879 |

- (a) Trata-se de adiantamento contestado tempestivamente junto à Petrobras Distribuidora S.A., visto que em 8 de outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 15.615/2015, apenas aplicada nas operações de venda de combustível pela Petróleo Brasileiro S.A. a partir de dezembro de 2015, após o Despacho ICMS-DV nº 156/2015 proferido pela SEFAZ/PE em resposta à consulta feita pela Petrobras. Face a inobservância da Lei nº 15.615/2015 desde o início de sua vigência, a Petrobras Distribuidora S.A. reconheceu o recolhimento do ICMS feito a maior, no montante total de R\$ 9.879, em outubro e novembro de 2015, apresentando pedido de ressarcimento/restituição à SEFAZ/PE, protocolado sob o nº 2017.000000647209-47, através do qual reconhece que repassará o valor para a Companhia, não havendo controvérsia sobre o valor e o direito da Companhia, apenas o desconhecimento sobre o momento no qual a integralidade do adiantamento será ressarcida.
- (b) Referem-se a outros créditos, cujos saldo são pulverizados, como, por exemplo, recebimento de indenizações de seguro, adiantamentos a fornecedores e adiantamento de férias.

11 Tributos e contribuições a recuperar

| | Ref. | 2018 | 2017 |
|---------------------------------|-------------|--------------|--------------|
| Imposto de renda | | 2.483 | 1.783 |
| Contribuição social | | 664 | 148 |
| IRRF sobre aplicação financeira | | 282 | 281 |
| PIS | (a) | 1.092 | 1.561 |
| COFINS | (a) | 4.560 | 4.709 |
| Tributos a compensar | | 550 | 550 |
| INSS | | 4 | 4 |
| ISS | | 7 | 6 |
| ICMS | | 1 | 1 |
| | | 9.643 | 9.043 |

- (a) A Companhia reconhece valores a recuperar de PIS e COFINS decorrentes do regime de apuração não cumulativo estabelecido pelas Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, e que possibilitaram às empresas a deduzir créditos nas aquisições de bens e serviços utilizados em seu processo produtivo, os quais serão realizado no decorrer do exercício de 2019.

12 Ativo imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

| | Terrenos | Máquinas e equipamentos | Edificações | Veículos | Móveis e utensílios | Total em operação | Imobilizado em curso (a) | Total |
|---|--------------|-------------------------|----------------|------------|---------------------|-------------------|--------------------------|----------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2017 | 9.978 | 394.251 | 121.482 | 254 | 421 | 526.386 | 8 | 526.394 |
| Aquisição | - | 1.194 | 166 | - | 69 | 1.429 | 21 | 1.450 |
| Depreciação | - | (19.567) | (3.686) | (56) | (37) | (23.346) | - | (23.346) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | 9.978 | 375.878 | 117.962 | 198 | 453 | 504.469 | 29 | 504.498 |
| Custo total | 9.978 | 490.107 | 139.353 | 385 | 626 | 640.449 | 29 | 640.478 |
| Depreciação acumulada | - | (114.229) | (21.391) | (187) | (173) | (135.980) | - | (135.980) |
| Valor contábil em 31 de dezembro de 2017 | 9.978 | 375.878 | 117.962 | 198 | 453 | 504.469 | 29 | 504.498 |
| Aquisição | - | 605 | 53 | - | 82 | 741 | 32 | 772 |
| Baixa | - | (14) | - | - | (5) | (18) | - | (18) |
| Depreciação | - | (19.624) | (3.688) | (55) | (41) | (23.408) | - | (23.408) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | 9.978 | 356.845 | 114.327 | 144 | 489 | 481.783 | 61 | 481.844 |
| Custo total | 9.978 | 490.691 | 139.405 | 386 | 699 | 641.160 | 61 | 641.221 |
| Depreciação acumulada | - | (133.846) | (25.078) | (243) | (210) | (159.377) | - | (159.377) |
| Valor contábil em 31 de dezembro de 2018 | 9.978 | 356.845 | 114.327 | 144 | 489 | 481.783 | 61 | 481.844 |
| Depreciação anual média - % | - | 4,00 | 2,65 | 14,28 | 5,74 | 3,65 | - | - |

(a) Refere-se à aquisição de consórcio de um veículo, que ainda não foi colocado em Serviço.

Além dos ativos mencionados acima, a Companhia possui estoque de materiais classificados no grupo do imobilizado, esses materiais serão utilizados nas manutenções corretivas das máquinas e equipamentos do ativo imobilizado da Companhia e são essenciais para garantir a segurança operacional. Desta forma, em 31 de dezembro de 2018, o valor contábil do estoque de materiais era de R\$ 26.007 (em 31 de dezembro de 2017, R\$ 27.580), totalizando R\$ 507.851 (Em 31 de dezembro de 2017, R\$ 532.078) de bens do ativo imobilizado.

13 Ativo intangível

| | Direito de uso de software |
|---|---------------------------------------|
| Saldos em 1º de janeiro de 2017 | <u>178</u> |
| Adição | 1.789 |
| Transferência | - |
| Amortização | <u>(177)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | <u>1.790</u> |
| | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | <u>1.790</u> |
| Adição | 52 |
| Transferência | - |
| Amortização | <u>(430)</u> |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | <u>1.412</u> |
| | |
| Custo total | 2.227 |
| Amortização acumulada | <u>(815)</u> |
| Valor residual | <u>1.412</u> |
| | |
| Amortização anual - % | 20 |

A Companhia mantém registrado nesta conta a aquisição de licença de *softwares*.

Direitos de uso de *software* são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*) e são amortizados de forma linear de acordo com base na vida útil estimada do *software*.

14 Fornecedores

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------|---------------------|----------------------|
| Suprimento de energia elétrica | 531 | 5.745 |
| Petrobras Distribuidora S.A. | 845 | 55.738 |
| Encargos de uso da rede | 3.223 | 3.057 |
| Wartsila Brasil | 2.692 | 4.814 |
| Wartsila internacional | 11 | 2.929 |
| Compra de energia curto prazo | - | 5.317 |
| Outros fornecedores | <u>748</u> | <u>1.366</u> |
| | <u>8.050</u> | <u>78.966</u> |

15 Empréstimos e financiamentos

| Instituição financeira | Objetivo | Ref | Juros | Circulante | | Não circulante | Total | |
|------------------------|----------------|-----|-------------------|---------------|--------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | | Principal | Encargos | Principal | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| BNB - FAT | Construção UTE | (a) | TJLP + 4% a.a. | 16.352 | 510 | 98.115 | 114.977 | 131.324 |
| BNB - FNE | Construção UTE | (b) | 8,5% a.a. * | 11.360 | 927 | 154.910 | 167.197 | 176.834 |
| ITAU - CCB | Construção UTE | (c) | CDI + 2,5% a.a. | 33.967 | 260 | 2.771 | 36.998 | 65.438 |
| ITAU | Compra de OCB1 | (d) | CDI + 1,951% a.a. | 0 | 11 | - | 11 | 22.111 |
| ABC | Compra de OCB1 | (e) | CDI + 1,865% a.a. | 30.000 | 83 | - | 30.083 | 30.000 |
| | | | | 91.679 | 1.791 | 255.796 | 349.266 | 425.707 |

A Companhia obteve com as Instituições Bancárias os contratos dos financiamentos para a construção da usina, inclusive os destinados a capital de giro, cujas condições contratuais são as seguintes:

- (a) Em 31 de março de 2011, foi disponibilizado para a construção da usina, em conta vinculada com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o montante de R\$ 212.582 mil, com taxa de TJLP mais 4% ao ano, com vencimento em dezembro de 2025. Os recursos são provenientes do FAT, tendo sido efetivamente liberados R\$ 185.423 mil, observadas as condições de repactuação descritas no item 5 (a) e (b).
- (b) Em 13 de agosto de 2010, foram contratados para a construção da usina, com o BNB R\$ 199.785 mil, com taxa de 10% ao ano, bônus de adimplência de 1,5% (correspondente a 8,5%), com vencimento em novembro de 2026. Os recursos são provenientes do FNE
- (c) Em 29 de janeiro de 2013, foram contratados via Cédula de Crédito Bancário, para a construção da usina, o montante de R\$ 150.000 mil com o Itaú BBA, a uma taxa fixa de 2,5% a.a. mais 100% CDI, para quitação dos empréstimos realizados no BNB referentes à nota de crédito industrial.

Esse contrato de financiamento prevê compromissos (*covenants*) por parte da Companhia, a razão entre a dívida líquida dos bancos e o EBITDA deverá ser menor ou igual a 2,5x (a partir de 31.12.2017). Em 31 de dezembro de 2018 a razão foi de 1,7x e em 31 de dezembro de 2017 foi de 2,0x.

- (d) Conta garantida contratada com o Itaú BBA para aquisição de OCB1, na modalidade à vista. Em 31 de dezembro de 2018, a taxa praticada era de CDI + 1,951% a.a. e em 20 de fevereiro de 2019 será renovado por mais seis meses a uma taxa de CDI + 1,609% a.a.
- (e) Conta Garantida renovada em 16 de novembro de 2018 com o Banco ABC do Brasil, no valor de R\$ 30.000 mil, a uma taxa de CDI + 1,59% a.a. pelo prazo de seis meses, para aquisição de OCB1, na modalidade à vista.

A Companhia possui garantias a serem cumpridas, de acordo com os contratos de empréstimos.

A seguir está apresentada a movimentação dos empréstimos e financiamentos:

| | Circulante | Não circulante | Total |
|--|----------------|----------------|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2017 | 75.138 | 369.371 | 444.509 |
| Ingressos | 77.000 | - | 77.000 |
| Transferências | 54.378 | (54.378) | - |
| Encargos | 45.745 | - | 45.745 |
| Amortização de principal | (94.668) | - | (94.668) |
| Pagamento de juros | (46.879) | - | (46.879) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 110.714 | 314.993 | 425.707 |
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 110.714 | 314.993 | 425.707 |
| Ingressos | 134.481 | - | 134.481 |
| Transferências | 59.197 | (59.197) | - |
| Encargos | 40.509 | - | 40.509 |
| Amortização de principal | (210.619) | - | (210.619) |
| Pagamento de juros | (40.812) | - | (40.812) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 93.470 | 255.796 | 349.266 |

Os vencimentos em longo prazo têm a seguinte composição:

| | 2018 | 2017 |
|----------------|----------------|----------------|
| 2019 | - | 59.197 |
| 2020 | 32.313 | 32.313 |
| 2021 | 31.480 | 31.480 |
| 2022 em diante | 192.003 | 192.003 |
| | 255.796 | 314.993 |

16 Impostos a pagar e contribuições sociais

| | Ref. | 2018 | 2017 |
|---------------------|------|---------------|--------------|
| Imposto de Renda | | 4.050 | 2.720 |
| Contribuição Social | | 3.271 | 1.358 |
| INSS | | 397 | 556 |
| FGTS | | 21 | 6 |
| PIS | | 457 | 235 |
| COFINS | | 2.116 | 1.087 |
| PIS diferido | (a) | 1 | 14 |
| COFINS diferido | (a) | 6 | 64 |
| ICMS | | 2 | 8 |
| ISS | | 146 | 217 |
| Outros | | 463 | 560 |
| | | 10.930 | 6.825 |

(a) PIS e COFINS diferidos sobre receita não recebida de clientes órgãos públicos.

16.1 Conciliação da despesa do Imposto de Renda e da Contribuição Social

A conciliação entre a despesa de Imposto de Renda e de Contribuição Social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

| | 2018 | | 2017 | |
|---|----------------|-----------------|----------------|-----------------|
| | CSLL | IRPJ | CSLL | IRPJ |
| Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social | 145.872 | 145.872 | 147.506 | 147.506 |
| Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social | 9% | 25% | 9% | 25% |
| Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas da legislação | 13.128 | 36.468 | 13.276 | 36.877 |
| Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período: | | | | |
| (+) Adições | | | | |
| Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB) | 255 | 707 | 255 | 707 |
| Receitas de órgãos públicos | 73 | 204 | 52 | 146 |
| Benefício a administradores | - | 62 | 10 | 28 |
| AI ANEEL | - | - | 212 | 589 |
| Provisão Fornecedores | 701 | 1.947 | - | - |
| Variação cambial | - | - | 12 | 35 |
| Outras adições | 4 | 7 | 7 | 19 |
| | 1.033 | 2.927 | 548 | 1.524 |
| (+) Exclusões | | | | |
| Juros sobre capital próprio | (1.653) | (4.591) | (1.548) | (4.300) |
| Pesquisa e Desenvolvimento | (283) | (787) | (244) | (679) |
| Variação cambial | (7) | (19) | - | - |
| Receitas de órgãos públicos | (14) | (40) | (73) | (204) |
| Incentivo fiscal SUDENE | - | (26.317) | - | (24.165) |
| Incentivo fiscal Lei do Bem | (182) | (504) | (240) | (666) |
| Outras exclusões | - | (24) | - | (25) |
| | (2.139) | (32.282) | (2.105) | (30.039) |
| Imposto de Renda e Contribuição Social no período | 12.022 | 7.114 | 11.719 | 8.362 |
| Diferido sobre diferenças temporárias | (722) | (2.005) | 460 | 1.280 |
| Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado | 11.300 | 5.109 | 12.179 | 9.642 |

16.2 Conciliação dos impostos fiscais diferidos ativos e passivos

| Ativo | 2018 | | | | 2017 | | | |
|--|-----------------|-----------------|--------------|-------------|-----------------|-----------------|--------------|--------------|
| | IRPJ | CSLL | PIS | COFINS | IRPJ | CSLL | PIS | COFINS |
| Pesquisa e desenvolvimento | - | - | - | - | 3.147 | 3.147 | - | - |
| Variação cambial | - | - | - | - | 104 | 104 | - | - |
| Provisão fornecedores | 7.787 | 7.787 | - | - | - | - | - | - |
| Base de cálculo do imposto ativo | 7.787 | 7.787 | - | - | 3.251 | 2.251 | - | - |
| Alíquota | 25% | 9% | 1,65% | 7,6% | 25% | 9% | 1,65% | 7,6% |
| Imposto ativo | 1.947 | 701 | - | - | 813 | 293 | - | - |
| Passivo (-) | | | | | | | | |
| Depreciação (diferença taxa ANEEL x RFB) | (11.317) | (11.317) | - | - | (14.146) | (14.146) | - | - |
| Receita de órgãos públicos | (160) | (160) | (81) | (81) | (816) | (816) | (849) | (849) |
| Base de cálculo do imposto passivo | (11.477) | (11.477) | (81) | (81) | (14.962) | (14.962) | (849) | (849) |
| Alíquota | 25% | 9% | 1,65% | 7,6% | 25% | 9% | 1,65% | 7,6% |
| Imposto passivo | (2.869) | (1.033) | (1) | (6) | (3.741) | (1.347) | (14) | (65) |
| Total Líquido | (922) | (332) | (1) | (6) | (2.928) | (1.054) | (14) | (65) |

17 Taxas regulamentares

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) | 367 | 575 |
| Ministério das minas e energia | 185 | 289 |
| Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) | 23.362 | 20.906 |
| Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE) | 81 | 81 |
| Taxa de Fiscalização CCEE | 10 | - |
| Total | 24.005 | 21.851 |
| Passivo circulante | 19.841 | 15.637 |
| Passivo não circulante | 4.164 | 6.214 |

18 Dividendos propostos e juros sobre capital próprio

| Deliberação 2018 | Provento | Valor deliberado | Valor por ação ON |
|-------------------------------|-----------------|-------------------------|--------------------------|
| RCA de 30 de novembro de 2018 | JSCP | 18.362 | 0,131179 |
| AGE de 31 de dezembro de 2018 | JSCP | 18.362 | 0,131179 |

O pagamento dos juros sobre o capital próprio será considerado para fins de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios para o exercício de 2017.

O art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permite a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e da Contribuição Social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados sobre as contas do patrimônio líquido e limitados à variação *pro rata die* da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e considerando o emanado no art. 75 da IN RFB nº 1.700/2017 e na Lei nº 12.973/2014.

De acordo com o previsto no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% do lucro líquido do exercício, destinado ao pagamento dos dividendos das ações ordinárias.

Em 2018, a Companhia distribuiu R\$ 24.454 mil referentes aos dividendos mínimos obrigatórios apurados em 2017 e R\$ 70.966 mil de reserva de lucros (dividendos excedentes aos mínimos obrigatórios de 2017), conforme deliberado em Ata AGOE de 30 de abril de 2018.

Os pagamentos realizados no decorrer de 2018 relativos ao ano exercício de 2017 e foram atualizados pela SELIC, nos termos do Decreto nº 2.673/1998, e são líquidos de IRRF.

Segue a base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios:

| | 2018 | 2017 |
|---|---------------|---------------|
| Dividendos mínimos - Sobre o lucro líquido ajustado | | |
| Lucro líquido do exercício | 129.463 | 125.685 |
| Reserva legal | (3.878) | (6.284) |
| Reserva de incentivo fiscal | (26.317) | (24.165) |
| Reserva de incentivos fiscais anos anteriores | - | - |
| Base de cálculo - Dividendos | 99.268 | 95.236 |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 24.817 | 23.809 |
| Dividendos e juros sobre capital próprio pagos e propostos | | |
| Juros sobre capital próprio declarados | 18.362 | 17.201 |
| Expurgo do IRRF para fins de dividendos conforme ICPC 08 | (2.754) | (2.580) |
| Dividendos Mínimos Complementares Obrigatórios | 9.209 | 9.188 |
| Total bruto | 24.817 | 23.809 |

Será encaminhado para aprovação em AGO, a ser realizada em 2019, o montante de R\$9.209 mil de dividendos mínimos complementares obrigatórios de 2018.

A formação do saldo excedente aos dividendos mínimos obrigatórios em 31 de dezembro de 2018 é como segue:

| | Valores |
|---|----------------|
| Base de cálculo - Dividendos | 99.268 |
| Dividendos mínimos obrigatórios (bruto de IRRF) | (27.571) |
| Excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios | 71.697 |

A Diretoria da Companhia irá propor que o montante de R\$ 71.697 mil excedente aos dividendos mínimos obrigatórios, registrados como Reserva de Lucros, seja distribuído integralmente ao longo do exercício de 2019, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

Segue a formação dos saldos dos Dividendos em 31 de dezembro de 2018:

| | Valores |
|--|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2017 | 23.809 |
| Dividendos complementares de 2017 | 68.847 |
| Atualização SELIC (líquida de IRRF) | 2.364 |
| Dividendos pagos e juros sobre capital próprio | (95.020) |
| Propostos do exercício de 2018 | 27.571 |
| Imposto de renda retido na fonte | (2.754) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2018 | 24.817 |

19 Outras contas a pagar

| | 2018 | 2017 |
|--|---------------|---------------|
| Compensação estoque de peças patrimonial | 20.177 | - |
| Provisão de férias e encargos | 380 | 370 |
| P&D imobilizado em serviço | 1.285 | 1.753 |
| Provisão manutenção 24k | - | 18.132 |
| Provisão manutenção 36k (a) | 8.854 | - |
| Provisão honorários de sucumbência | 7.787 | - |
| Outros | 1.152 | 499 |
| | 39.635 | 20.754 |
| | | |
| Circulante | 21.708 | 19.001 |
| Não Circulante | 17.927 | 1.753 |

- (a) A provisão de manutenção *overhaul* 36k se refere à manutenção preventiva obrigatória nos motores após atingirem as 36 mil horas de uso. A provisão estimada foi baseada no custo de aquisição do pacote de peças e serviços dessa manutenção versus o avanço do horímetro de cada motor. O início das manutenções de 36k está previsto a partir de 2021, face a baixa expectativa de despacho nos próximos exercícios.

20 Contingências

A Companhia está exposta às contingências decorrentes de sua operação. Quando o risco de perda é provável, é feito provisionamento de 100% do valor devido nessas ações. Com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia não possuía nenhuma ação com risco de perda provável.

A Companhia ajuizou a Ação Ordinária nº 0036521-07.2013.4.01.3400 contra a União Federal para afastar os efeitos da Resolução CNPE nº 03/2013, referente à cobrança dos Encargos de Serviços do Sistema (ESS). A sentença julgou improcedente o pedido da Companhia, que interpôs recurso de Apelação Cível, recebido no efeito suspensivo e pendente de julgamento. A probabilidade de perda é remota.

A CHESF aplicou penalidades à Companhia, no montante de R\$ 1.200, sob o argumento de inadimplemento contratual por não assinatura tempestiva do Atestado de Recebimento Provisório (ARP). A questão gira em torno de assumir no ARP a obrigação pela doação do imóvel no qual se encontram implantados os *bays* de conexão, obrigação esta que não existe no Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão (CCT) do qual o ARP é um anexo e obrigação subsidiária. Assim, a Suape ajuizou ação 0051007-04.2017.8.17.2001 que se encontra aguardando despacho do juiz para manifestação sobre contestação. A probabilidade de perda é possível.

A Companhia, para assegurar a preferência no recebimento da receita proveniente da recomposição de lastro via liquidação do Mercado de Curto Prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, ajuizou, na condição de associada da ABRAGET - Associação Brasileira de Geradoras Térmicas, a ação ordinária nº 0051048-90.2015.4.01.3400 contra a União Federal e a ANEEL, para que as Rés não transfiram o ônus financeiro de quaisquer decisões judiciais da qual não faça parte, relativa aos efeitos dos atuais valores de GSF (Generation Scalling Factor) sobre geradores hidrelétricos nas liquidações. Eventual revogação da liminar deferida por meio de sentença ou decisão em sede de recurso poderá provocar: (i) condenação ao pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência de no mínimo 10% e de no máximo 20% sobre o valor da causa, que rateado entre as entre as 14 térmicas que constituem o litisconsórcio ativo da ação, pode implicar no pagamento de R\$ 715,00 a R\$ 1.430,00 e (ii) o risco da inadimplência no Mercado de Curto Prazo com o pagamento da receita no Mercado de Longo Prazo, devidamente corrigido conforme a variação do IGPM do momento que era devido até o seu efetivo pagamento.

21 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é dividido em 139.977 mil (2017 - 139.977 mil) ações ordinárias de R\$ 1,00 cada uma, ficando a composição do Capital da Companhia conforme demonstrado no quadro a seguir:

| Acionistas | 2018/2017 | |
|--------------------------------------|------------------|----------------|
| | Ações ordinárias | Valor |
| Savana SPE Incorporações Ltda. | 111.982 | 111.982 |
| Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras | 27.995 | 27.995 |
| | 139.977 | 139.977 |

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b. Reserva de incentivos fiscais - lucro da exploração

No exercício de 2018, a Companhia se beneficiou do incentivo fiscal de redução de 75% do IRPJ apurado com base no lucro da exploração, suportada pelos Laudos Constitutivos nº 0199/2012, expedidos pelo Ministério da Integração Nacional (MI). Esse incentivo foi creditado ao resultado em contrapartida ao imposto devido para recolhimento.

Nos termos da legislação vigente, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução do imposto devido não poderá ser distribuído aos acionistas, sendo objeto de constituição de reserva no patrimônio líquido, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

| | Valores |
|---|----------------|
| Saldo em 1º de janeiro de 2018 | 86.129 |
| Incentivo apurado no exercício de 2018 ⁽¹⁾ | 26.317 |
| Saldo acumulado de incentivo fiscal | 112.446 |

(1) A ser constituído na conta de reserva de incentivo fiscal após deliberação na AGO de 2019.

22 Remuneração do pessoal-chave da Administração

Em Ata AGO/E de 30 de abril de 2018, a Companhia deliberou o montante global de remuneração do pessoal-chave da Administração. O montante pago até 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 1.541 mil (até 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 1.332 mil).

23 Receita operacional líquida

| | 2018 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|
| Receita de operações com energia elétrica | | |
| Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas | 693.607 | 873.430 |
| Energia elétrica de curto prazo | 111.148 | 102.179 |
| Suprimento de energia elétrica | 804.755 | 975.609 |
| Deduções da receita operacional | | |
| (-) Impostos | (65.818) | (81.794) |
| (-) Programa de P&D e eficiência energética | (6.215) | (7.875) |
| (-) Taxa de fiscalização | (977) | (975) |
| Total deduções da receita operacional | (73.010) | (90.644) |
| Receita operacional líquida | 731.745 | 884.964 |

24 Informações sobre a natureza das despesas reconhecidas na demonstração do resultado

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas em sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

| | 2018 | 2017 |
|--|------------------|------------------|
| Pessoal | (5.294) | (4.507) |
| Administradores | (1.503) | (1.273) |
| Material | (1.338) | (1.436) |
| Combustível para produção de energia | (314.312) | (463.951) |
| Serviços de terceiros | (44.614) | (23.261) |
| Energia elétrica comprada para revenda | (101.698) | (98.829) |
| Encargos de uso do sistema transmissão | (28.375) | (27.665) |
| Depreciação e amortização | (23.370) | (23.524) |
| Tributos | (145) | (182) |
| Seguros | (3.998) | (2.349) |
| Outras receitas e despesas | (28.496) | (47.434) |
| Outros | (1.665) | (3.252) |
| | (554.808) | (697.663) |
| Classificados como | | |
| (-) Custo do serviço de energia elétrica | (402.105) | (541.235) |
| (-) Custo de compra de energia elétrica | (101.698) | (98.829) |
| Gerais e administrativas | (22.510) | (10.165) |
| Outras despesas operacionais, líquidas | (28.495) | (47.434) |
| | (554.808) | (697.663) |

25 Resultado financeiro

| | 2018 | 2017 |
|--------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 8.132 | 12.243 |
| Acréscimos e multas moratórias | 1.188 | 301 |
| Atualizações monetárias e cambiais | 145 | 46 |
| Outros | 2.925 | 234 |
| | 12.390 | 12.824 |
| Despesas financeiras | | |
| Encargos de dívidas | (36.960) | (42.741) |
| Atualizações monetárias e cambiais | (1.164) | (1.502) |
| Outros | (5.331) | (8.376) |
| | (43.455) | (52.619) |
| Resultado financeiro | (31.065) | (39.795) |

26 Instrumentos financeiros

A Companhia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e riscos a eles relacionados.

A Administração da Companhia não identificou diferença relevante entre os valores de mercado e os apresentados nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017, bem como não possui instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e também não efetua aplicações de caráter especulativo.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

| | Nota | Índice | Nível (*) | 31/12/2018 | |
|---|------|--------|-----------|------------------|------------------|
| | | | | Contábil | Valor justo |
| Ativos e passivos financeiros | | | | | |
| Mensurados pelo custo amortizado | | | | | |
| Caixa | 5 | - | - | 7.345 | - |
| Depósitos Bancários | 5 | CDB | - | 6.269 | - |
| Aplicação Financeira - FAT | 6 | CDI | - | 53.203 | - |
| Aplicação Financeira - FAT - garantia | 6 | CDI | - | 26.100 | - |
| Aplicação Financeira - FNE - Garantia | 6 | CDI | - | 35.070 | - |
| Aplicação Financeira - CCG - Garantia | 6 | CDI | - | 3.695 | - |
| Aplicação Financeira - CCT - Garantia | 6 | CDI | - | 127 | - |
| Contas a receber | 8 | - | - | 70.400 | - |
| Fornecedores | 13 | - | - | (8.050) | - |
| Outras Contas a pagar | 18 | - | - | (16.641) | - |
| Empréstimo - FAT | 14 | TJLP | 2 | (114.977) | (114.977) |
| Empréstimo - FNE | 14 | Fixo | 2 | (167.197) | (167.197) |
| Empréstimo - CCB | 14 | CDI | 2 | (36.998) | (36.998) |
| Empréstimo - Conta Garantida | 14 | CDI | 2 | (11) | (11) |
| Empréstimo - Conta Garantida | 14 | CDI | 2 | (30.083) | (30.083) |
| | | | | (171.748) | (349.748) |

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as informações comparativas não foram rerepresentadas para refletir os novos requisitos.

Valor justo (Nível 2) - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis

a. Análise de sensibilidade

Em consonância com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, que no caso da Companhia é representado pela variação das taxas de CDI e TJLP. Segue simulação do pior cenário entre os possíveis e comentários:

| | Exposição | Risco | Redução/(Aumento) do Índice em (...) | | | | TOTAL |
|---|------------------|-----------|--------------------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------|
| | | | 10% | 15% | 20% | 25% | |
| Ativo | | | | | | | |
| Instrumentos Financeiros Ativos - Derivativos | - | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos Financeiros Ativos - Não Derivativos | 202.209 | Alta CDI | 8.337 | 379 | 379 | 379 | 9.474 |
| Instrumentos Financeiros Passivos - Derivativos | - | - | - | - | - | - | - |
| Instrumentos Financeiros Passivos - Não Derivativos | (114.977) | Alta TJLP | (9.181) | (417) | (417) | (417) | (10.433) |
| Instrumentos Financeiros Passivos - Não Derivativos | (258.980) | Alta CDI | (4.838) | (220) | (220) | (220) | (5.498) |
| | <u>(171.748)</u> | | <u>(5.682)</u> | <u>(258)</u> | <u>(258)</u> | <u>(258)</u> | <u>(6.457)</u> |

O Cenário demonstrado representa o pior cenário entre os possíveis. Todavia, a Companhia classifica esse cenário como remoto para o próximo ano, pois:

- Estamos observando uma queda na CDI e não uma elevação;
- A TJLP é um índice menos volátil às oscilações do mercado financeiro, apresentando variações históricas anuais inferiores a 10%;
- O impacto negativo no resultado advindo do aumento linear e concomitante da CDI e da TJLP é majoritariamente explicado pela simulação inexecutável da TJLP;
- Mesmo desconsiderando as assimetrias mencionadas, o percentual de variação sobre a exposição corrente é de apenas 2.7%, sendo, portanto, imaterial.

b. Análise de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros não derivativos, considerando principal e juros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deva liquidar as respectivas obrigações.

| Passivos financ. não derivativos | Nota | 2018 | < 3 meses | 3-12 meses | 1-3 anos | 4-5 anos | Mais 5 anos | Total |
|----------------------------------|------|----------------|---------------|---------------|----------------|----------------|-------------|----------------|
| Fornecedores | | | | | | | | |
| Suprimento de Energia Elétrica | 13 | 546 | 546 | - | - | - | - | 546 |
| Petrobras Distribuidora S.A | 13 | 845 | 845 | - | - | - | - | 845 |
| Encargos de Rede | 13 | 3.223 | 3.223 | - | - | - | - | 3.223 |
| Wartsila Brasil | 13 | 2.692 | 2.692 | - | - | - | - | 2.692 |
| Wartsila Internacional | 13 | 11 | 11 | - | - | - | - | 11 |
| Wartsila - Provisão 36K | 18 | 8.854 | - | - | - | 8.854 | - | 8.854 |
| Compra de Energia | 13 | - | - | - | - | - | - | - |
| Paulo César Pinheiro Adv | 18 | 7.787 | - | - | 7.787 | - | - | 4.116 |
| Compra de Energia | 13 | 734 | 734 | - | - | - | - | 734 |
| Total Fornecedores | | 24.691 | 8.050 | - | 7.787 | 8.834 | - | 24.691 |
| Empréstimos | | | | | | | | |
| FAT | 14 | 114.977 | 4.599 | 12.264 | 49.057 | 49.057 | - | 114.977 |
| FNE | 14 | 167.197 | 3.618 | 8.669 | 45.459 | 109.451 | - | 167.197 |
| CCB | 14 | 36.998 | 10.315 | 23.911 | 2.772 | - | - | 36.998 |
| Conta Garantida | 14 | 11 | 11 | - | - | - | - | 11 |
| Conta Garantida | 14 | 30.083 | 83 | 30.000 | - | - | - | 30.083 |
| Total Empréstimos | | 349.266 | 18.626 | 74.844 | 97.288 | 158.508 | - | 349.266 |
| Total | | 373.957 | 26.676 | 74.844 | 105.075 | 167.362 | - | 373.957 |

Seguem comentários referente o saldo para fornecedores:

- O pagamento dos fornecedores ocorrerá prioritariamente em janeiro de 2019.
- O pagamento das peças e serviços necessários a manutenção *overhaul*, produto de provisão, que será realizado de acordo com a programação das manutenções e face a baixa expectativa de despacho estão previstas a partir de 2021.
- Em 2012, a Companhia impetrou o Mandado de Segurança nº 6981-45.2012.4.01.3400 para suspender os efeitos do despacho do Diretor Geral da ANEEL nº 217/2012, de 8 de fevereiro de 2012, e assim determinar, a partir da intimação da decisão liminar e até posterior julgamento do processo, o cumprimento pleno do contrato de concessão (CCEAR referente ao leilão A-5 de 2007), inclusive mediante o pagamento de receita fixa à concessionária, independentemente da aquisição de lastro de energia no mercado ou outra modalidade de garantia. Foram concedidas liminar, sentença e acórdão favoráveis à Suape, sendo a probabilidade de perda remota, diante da relevância dos honorários de êxito que serão devidos quando do trânsito em julgado da decisão, o que se espera que ocorra em 2021.

Abaixo, comentários referente o saldo para empréstimos:

- Os financiamentos do FAT, FNE e CCB foram para a construção da Usina.
- Os financiamentos de curto prazo na modalidade conta garantida foram tomados com a finalidade de efetuar compras de OCB1 à vista, visto que apresentava bons resultados financeiros para a empresa.

27 Gestão de riscos

Os negócios da Companhia compreendem a geração de energia elétrica. A Companhia tem seus principais riscos reportados e monitorados por seu Conselho de Administração. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como segue:

- **Risco de taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.
- **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes.
- **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado.

28 Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros, conforme a seguir:

| Seguros | Data da vigência | Importância segurada |
|--|-------------------------|-----------------------------|
| Responsabilidade Civil Geral | 09/01/2020 | 25.000 |
| Responsabilidade Civil Administradores | 17/12/2019 | 40.000 |
| Responsabilidade Civil Ambiental | 18/09/2019 | 15.000 |
| Riscos Nomeados e Operacionais | 10/03/2019 | 649.384 |
| Automóveis | 10/03/2019 | 100% tabela FIPE |

* * *

Conselho de Administração

Fernando Ferraz Marcondes de Souza
Conselheiro Presidente

Carlos Alberto Mansur Filho
Conselheiro

Dean William Moraes Carmeis
Conselheiro

Nelson Ambra Castro Junior
Conselheiro

Walkiria Galastri
Conselheiro

Diretoria

José Faustino da Costa Cândido
Diretor Técnico

Rodrigo Andrade Arantes
Diretor Financeiro

Contadora

Danúbia Gercina da Silva
CRC: PE-028436/O-9